



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes
Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - Conaes
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep
Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Daes

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA

**Subsidia os atos de credenciamento,
recredenciamento e transformação de organização
acadêmica (presencial)**

Brasília, janeiro de 2014.

Concepção do Instrumento

Este Instrumento subsidia os atos de credenciamento e recredenciamento presencial de instituições de educação superior e a transformação da organização acadêmica de faculdade para centro universitário e deste para universidade.

Sua concepção busca atender à diversidade do sistema de educação superior e respeitar a identidade das instituições que o compõem. Considera, assim, as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, a partir do foco definido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos processos de avaliação institucional (interna e externa).

O instrumento está organizado em cinco eixos, contemplando as dez dimensões do Sinaes. Desta forma, tem-se:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

Outras Informações sobre o instrumento

1. Cada indicador apresenta, predominantemente, **um objeto de análise**;
2. Para os indicadores que contemplam o termo “**Análise Sistêmica e Global**”, a comissão deverá seguir somente os aspectos estabelecidos no respectivo indicador, baseando-se nas informações contidas no PDI e nos documentos oficiais da Instituição de Educação Superior (IES);
3. Alguns indicadores têm aplicabilidade correspondente ao ato ou à organização acadêmica, conforme orientação inserida no próprio indicador. Os indicadores “não aplicáveis” não serão computados no cálculo final do Conceito Institucional (CI);
4. O **Relato Institucional** é uma inovação na concepção deste instrumento. Ele será avaliado no Eixo 1 (Planejamento e Avaliação Institucional). Assim, consiste em um documento que deve ser organizado da seguinte forma: relato avaliativo do PDI; síntese histórica dos resultados dos processos avaliativos internos e externos da IES e síntese histórica do planejamento de ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações. Observação: as informações originadas a partir dos relatórios de avaliação interna e externa no âmbito da autoavaliação, e das demais avaliações externas representadas nas diversas ações institucionais decorrentes, que subsidiam as melhorias na Instituição, devem constar desse documento. Nesse relato, a instituição deve evidenciar a interação entre os resultados do conjunto das avaliações em seu planejamento institucional e suas atividades acadêmicas, de forma a demonstrar as melhorias da IES;

5. O PDI e os relatórios de autoavaliação integram, desde o último ato regulatório da IES, para os atos de credenciamento e recredenciamento, um referencial básico para o preenchimento do formulário eletrônico pela IES e para análise da comissão de avaliadores;

6. O CI é calculado pelo sistema e-MEC, com base em uma média aritmética ponderada dos conceitos dos eixos, os quais são resultados da média aritmética simples dos seus indicadores. O conceito final é arredondado automaticamente pelo sistema e-MEC;

7. De acordo com o art. 1º da Portaria Normativa nº 40/2007, consolidada em 29 de dezembro de 2010, a tramitação dos processos, incluindo a aplicação dos indicadores desse instrumento, dar-se-á exclusivamente em meio eletrônico, no sistema e-MEC. Portanto, para garantia do cumprimento do artigo supracitado, o preenchimento do Formulário Eletrônico pela IES, incluindo o Relato Institucional do Eixo 1, será realizado no sistema e-MEC e, da mesma forma, o preenchimento do relatório de avaliação pelos avaliadores. O PDI e o relatório da CPA também estarão pensados no sistema.

Instruções para os avaliadores

Os avaliadores, ao preencherem o formulário eletrônico, deverão considerar as seguintes orientações:

1. Atribuir conceitos de 1 a 5, em ordem crescente de excelência, a cada um dos indicadores de cada um dos cinco eixos: Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física. Os cinco eixos contemplam as dez dimensões estabelecidas na Lei N° 10.861/2004 - Sinaes;

2. Considerar os critérios de análise dos respectivos indicadores dos eixos. A atribuição dos conceitos deve ser feita da forma seguinte:

CONCEITO	DESCRIÇÃO
1	Quando o indicador avaliado configura um conceito NÃO EXISTE(M)/ NÃO HÁ, NÃO ESTÃO RELACIONADAS.
2	Quando o indicador avaliado configura um conceito INSUFICIENTE.
3	Quando o indicador avaliado configura um conceito SUFICIENTE.
4	Quando o indicador avaliado configura um conceito MUITO BOM/MUITO BEM.
5	Quando o indicador avaliado configura um conceito EXCELENTE.

3. Justificar os conceitos atribuídos a cada um dos indicadores de forma contextualizada, abrangente e coerente;

4. Manter a coerência entre o conceito atribuído aos indicadores e a análise quantitativa e qualitativa, principalmente nas considerações finais que irão confirmar o CI;

5. Consultar o glossário, quando necessário;

6. Observar as expressões apresentadas a seguir de acordo com o tipo de ato regulatório.

Credenciamento institucional de Faculdades, Centros Universitários e Universidades	Recredenciamento institucional e credenciamento como Centro Universitário e Universidade, no caso de transformação de organização acadêmica
Previsto(s)/Previstas	Implantado(s)/Implantadas
Projeto	Processo
Projetos	Ações

7. Analisar o PDI da instituição e demais documentos regimentais;

8. Analisar o relatório de autoavaliação da IES, o relato institucional e os relatórios de avaliações externas, quando for o caso;

9. Observar o cumprimento das exigências registradas na fase de despacho saneador do processo no sistema e-MEC e confirmar sua leitura.

Análise Preliminar:

1. Identificar o tipo de avaliação a ser realizada (Credenciamento e Recredenciamento Institucional ou Transformação de Organização Acadêmica);

2. Explicitar os documentos que serviram de base para análise da avaliação (PDI vigente, documentos oficiais, Relato Institucional, relatórios de autoavaliação e demais relatórios da IES);

3. Registrar o cumprimento das exigências feitas na fase de despacho saneador do processo no sistema e-MEC.

Contextualização da IES

A contextualização da IES deve conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- a) nome da Mantenedora;
- b) base legal da Mantenedora (endereço, razão social, registro no cartório e atos legais);
- c) nome da IES;
- d) base legal da IES (endereço, atos legais e data da publicação no Diário Oficial da União - DOU) (registrar no relatório qualquer divergência entre o endereço de visita e o endereço do escritório de designação);
- e) perfil e Missão da IES;
- f) dados socioeconômicos da região;
- g) breve histórico da IES (criação, trajetória, modalidades de oferta da IES, número de docentes e discentes, quantidade de cursos oferecidos na graduação e na pós-graduação, áreas de atuação na extensão e áreas de pesquisa, se for o caso);
- h) número de cursos que ascenderam nos seus conceitos nos últimos três anos (Conceito de Curso resultante da avaliação *in loco*), quando for o caso;
- i) planos de Melhoria Acadêmica, Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiência, Medidas Cautelares e Termo de Supervisão, quando houver;
- j) planos de valorização profissional, abordando condições de trabalho;
- k) processos de gestão que possam identificar sobre a trajetória de melhorias ou não das instituições;
- l) política de atendimento para alunos estrangeiros;
- m) quantidade de alunos e professores estrangeiros na IES e disciplinas ofertadas em língua estrangeira;
- n) existência de programas de bolsas e financiamento estudantil e número de beneficiados.
- o) existência de projetos e ações para a promoção da sustentabilidade socioambiental na gestão da IES e nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

No Eixo 1, considera-se a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. O foco desse Eixo é a descrição e a identificação, por intermédio do documento Relato Institucional, dos principais elementos do processo avaliativo da IES em relação ao seu PDI, aos relatórios elaborados pela CPA e aos demais documentos institucionais avaliativos do período que constituiu o objeto de avaliação. O Relato Institucional deve ter como foco a evolução acadêmica da IES, e sua concepção e descrição encontram-se na página 2, item 4 desse instrumento.

1.1 Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional. (indicador aplicado no Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)	1	Quando não existe demonstração de evolução institucional no Relato Institucional em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.
	2	Quando a demonstração de evolução institucional contida no Relato Institucional é caracterizada como insuficiente em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.
	3	Quando a demonstração de evolução institucional contida no Relato Institucional é caracterizada como suficiente em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.
	4	Quando a demonstração de evolução institucional contida no Relato Institucional é caracterizada como muito boa em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.
	5	Quando a demonstração de evolução institucional contida no Relato Institucional é caracterizada como excelente em relação aos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.

Justifique:

1.2 Projeto/processo de autoavaliação institucional.	1	Quando não existe projeto/processo de autoavaliação institucional previsto/implantado.
	2	Quando o projeto/processo de autoavaliação institucional está previsto/implantado e atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional.
	3	Quando o projeto/processo de autoavaliação institucional está previsto/implantado e atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional.
	4	Quando o projeto/processo de autoavaliação institucional está previsto/implantado e atende muito bem às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional.
	5	Quando o projeto/processo de autoavaliação institucional está previsto/implantado e atende de maneira excelente às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ações acadêmico-administrativas de melhoria institucional.

Justifique:

<p>1.3 Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica.</p> <p>(indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)</p>	1	Quando não existe participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação previsto/implantado.
	2	Quando o processo de autoavaliação está previsto/implantado, com participação insuficiente da comunidade acadêmica.
	3	Quando o processo de autoavaliação está previsto/implantado, com participação suficiente da comunidade acadêmica.
	4	Quando o processo de autoavaliação está previsto/implantado, com participação muito boa da comunidade acadêmica.
	5	Quando o processo de autoavaliação está previsto/implantado, com participação excelente da comunidade acadêmica.

Justifique:

<p>1.4 Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados.</p> <p>(indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)</p>	1	Quando não existe divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas para a comunidade acadêmica.
	2	Quando a divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas previstas/implantadas ocorre, de maneira insuficiente , para a comunidade acadêmica.
	3	Quando a divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas previstas/implantadas ocorre, de maneira suficiente , para a comunidade acadêmica.
	4	Quando a divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas previstas/implantadas ocorre, de maneira muito boa , para a comunidade acadêmica.
	5	Quando a divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas previstas/implantadas ocorre, de maneira excelente , para a comunidade acadêmica.

Justifique:

<p>1.5 Elaboração do relatório de autoavaliação.</p> <p>(indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)</p>	1	Quando não existe relatório de autoavaliação.
	2	Quando o relatório de autoavaliação é insuficiente , apresentando resultados sem análises, reflexões e proposições para subsidiar planejamento e ações.
	3	Quando o relatório de autoavaliação apresenta resultados, análises, reflexões e proposições de forma suficiente para subsidiar planejamento e ações.
	4	Quando o relatório de autoavaliação apresenta resultados, análises, reflexões e proposições de forma muito boa para subsidiar planejamento e ações.
	5	Quando o relatório de autoavaliação apresenta resultados, análises, reflexões e proposições de forma excelente para subsidiar planejamento e ações.

Justifique:

Eixo 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Este Eixo tem seu foco no PDI e consiste na verificação da coerência existente entre esse documento e as ações institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa, extensão e gestão. Pretende, igualmente, verificar os diferentes caminhos percorridos (ou a percorrer) pela IES no contexto de sua inserção social, bem como sua atuação face à inclusão e ao desenvolvimento econômico e social, tendo sempre como base a missão, os propósitos e as metas anunciadas no PDI.

Dessa forma, o Eixo Desenvolvimento Institucional assume o papel de induzir maior comprometimento da IES na construção de seu PDI, priorizando sua coerência e evolução.

O Eixo Desenvolvimento Institucional contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.

2.1 Missão institucional, metas e objetivos do PDI.	1	Quando a missão institucional e as metas e objetivos do PDI não estão previstos/implantados.
	2	Quando as metas e objetivos do PDI previstos/implantados estão articulados, de maneira insuficiente , com a missão institucional, com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.
	3	Quando as metas e objetivos do PDI previstos/implantados estão articulados, de maneira suficiente , com a missão institucional, com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.
	4	Quando as metas e objetivos do PDI previstos/implantados estão muito bem articulados com a missão institucional, com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.
	5	Quando as metas e objetivos do PDI previstos/implantados estão, de maneira excelente , articulados com a missão institucional, com o cronograma estabelecido e com os resultados do processo de avaliação institucional.

Justifique:

2.2. Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação.	1	Quando não há coerência entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas/implantadas.
	2	Quando há coerência insuficiente entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas/implantadas.
	3	Quando há coerência suficiente entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas/implantadas.
	4	Quando há coerência muito boa entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas/implantadas.
	5	Quando há coerência excelente entre o PDI e as atividades de ensino (graduação e de pós-graduação) previstas/implantadas.

Justifique:

2.3. Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.	1	Quando não há coerência entre o PDI e as práticas de extensão.
	2	Quando há coerência insuficiente entre o PDI e as práticas de extensão previstas/implantadas.
	3	Quando há coerência suficiente entre o PDI e as práticas de extensão previstas/implantadas.
	4	Quando há coerência muito boa entre o PDI e as práticas de extensão previstas/implantadas.
	5	Quando há coerência excelente entre o PDI e as práticas de extensão previstas/implantadas.

Justifique:

2.4 Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	1	Quando não há coerência entre o PDI e as atividades previstas/implantadas de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
	2	Quando há coerência insuficiente entre o PDI e as atividades previstas/implantadas de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
	3	Quando há coerência suficiente entre o PDI e as atividades previstas/implantadas de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
	4	Quando há coerência muito boa entre o PDI e as atividades previstas/implantadas de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
	5	Quando há coerência excelente entre o PDI e as atividades previstas/implantadas de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.

Justifique:

2.5 Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.	1	Quando as ações não estão previstas/implantadas nas relações da IES com a sociedade, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.
	2	Quando as ações institucionais previstas/implantadas estão coerentes com o PDI, de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.
	3	Quando as ações institucionais previstas/implantadas estão coerentes com o PDI, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.
	4	Quando as ações institucionais estão muito bem previstas/implantadas e coerentes com o PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.
	5	Quando as ações institucionais previstas/implantadas estão coerentes com o PDI, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural.

Justifique:

2.6	Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.	1	Quando não existem ações institucionais previstas/implantadas voltadas para o desenvolvimento econômico e social.
		2	Quando as ações previstas/implantadas pela instituição (com ou sem parceria) contemplam o desenvolvimento econômico e social de maneira insuficiente em relação ao proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.
		3	Quando as ações previstas/implantadas pela instituição (com ou sem parceria) contemplam o desenvolvimento econômico e social, de maneira suficiente , conforme o proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.
		4	Quando as ações previstas/implantadas pela instituição (com ou sem parceria) contemplam muito bem o desenvolvimento econômico e social, conforme proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.
		5	Quando as ações previstas/implantadas pela instituição (com ou sem parceria) contemplam, de maneira excelente , o desenvolvimento econômico e social, conforme proposto no PDI, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: desenvolvimento econômico regional, melhoria da infraestrutura urbana/local, melhoria das condições/qualidade de vida da população e projetos/ações de inovação social.

Justifique:

2.7.	Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social.	1	Quando não há coerência entre o PDI e as ações de inclusão social pela IES.
		2	Quando há coerência insuficiente entre o PDI e as ações de inclusão social previstas/implantadas pela IES.
		3	Quando há coerência suficiente entre o PDI e as ações de inclusão social previstas/implantadas pela IES.
		4	Quando há coerência muito boa entre o PDI e as ações de inclusão social previstas/implantadas pela IES.
		5	Quando há coerência excelente entre o PDI e as ações de inclusão social previstas/implantadas pela IES.

Justifique:

2.8. Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.	1	Quando não há coerência entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas/implantadas pela IES.
	2	Quando há coerência insuficiente entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas/implantadas pela IES.
	3	Quando há coerência suficiente entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas/implantadas pela IES.
	4	Quando há coerência muito boa entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas/implantadas pela IES.
	5	Quando há coerência excelente entre o PDI e as ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial previstas/implantadas pela IES.

Justifique:

2.9 Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais. (aplica-se quando previsto no PDI)	1	Quando não existe coerência entre o PDI e as atividades, previstas/implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.
	2	Quando há coerência insuficiente entre o PDI e as atividades, previstas/implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.
	3	Quando há coerência suficiente entre o PDI e as atividades, previstas/implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.
	4	Quando há coerência muito boa entre o PDI e as atividades, previstas/implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.
	5	Quando há coerência excelente entre o PDI e as atividades, previstas/implantadas, voltadas para a cooperação, intercâmbio e programas com finalidades de internacionalização.

Justifique:

Eixo 3 – POLÍTICAS ACADÊMICAS

No Eixo “Políticas Acadêmicas” analisam-se os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado. Enfatiza-se também a relação entre as políticas acadêmicas, a comunicação com a sociedade e o atendimento ao discente.

Este Eixo contempla as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.

3.1 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.	1	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas não estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de graduação.
	2	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão relacionadas, de maneira insuficiente , com as políticas de ensino para os cursos de graduação, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sistemática de atualização curricular, desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial (quando previsto no PDI) e programas de monitoria.
	3	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão relacionadas, de maneira suficiente , com as políticas de ensino para os cursos de graduação, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sistemática de atualização curricular, desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial (quando previsto no PDI) e programas de monitoria.
	4	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão muito bem relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de graduação, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sistemática de atualização curricular, desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial (quando previsto no PDI) e programas de monitoria.
	5	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão relacionadas, de maneira excelente , com as políticas de ensino para os cursos de graduação, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: sistemática de atualização curricular, desenvolvimento/utilização de material didático-pedagógico, sistemática de implantação/oferta de componentes curriculares na modalidade semipresencial (quando previsto no PDI) e programas de monitoria.

Justifique:

<p>3.2 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>.</p> <p>(aplica-se também às Faculdades e aos Centros Universitários, quando previstos no PDI)</p>	1	Quando não existem relações entre as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas e as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , considerando, inclusive, sua articulação com a graduação.
	2	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de maneira insuficiente , considerando, inclusive, sua articulação com a graduação.
	3	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de maneira suficiente , considerando, inclusive, sua articulação com a graduação.
	4	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão muito bem relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , considerando, inclusive, sua articulação com a graduação.
	5	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas/implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , de maneira excelente , considerando, inclusive, sua articulação com a graduação.

Justifique:

<p>3.3 Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>.</p> <p>(aplica-se quando previsto no PDI)</p>	1	Quando não existem ações acadêmico-administrativas de <i>lato sensu</i> previstas no PDI/implantadas em conformidade com as políticas estabelecidas.
	2	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas no PDI /implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da IES, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.
	3	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas no PDI /implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da IES, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.
	4	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas no PDI /implantadas estão muito bem relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da IES, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.
	5	Quando as ações acadêmico-administrativas previstas no PDI /implantadas estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: aprovação nos colegiados da IES, acompanhamento e avaliação do desenvolvimento dos cursos.

Justifique:

3.4 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.	1	Quando não existem ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica e tecnológica previstas/implantadas em conformidade com as políticas estabelecidas.
	2	Quando as ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão previstas/implantadas, de maneira insuficiente , em conformidade com as políticas estabelecidas.
	3	Quando as ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão previstas/implantadas, de maneira suficiente , em conformidade com as políticas estabelecidas.
	4	Quando as ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão muito bem previstas/implantadas, em conformidade com as políticas estabelecidas.
	5	Quando as ações acadêmico-administrativas de pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural estão previstas/implantadas, de maneira excelente , em conformidade com as políticas estabelecidas.

Justifique:

3.5 Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.	1	Quando não existem ações acadêmico-administrativas de extensão previstas/implantadas em conformidade com as políticas estabelecidas.
	2	Quando as ações acadêmico-administrativas de extensão estão previstas/implantadas, de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.
	3	Quando as ações acadêmico-administrativas de extensão estão previstas/implantadas, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.
	4	Quando as ações acadêmico-administrativas de extensão estão muito bem previstas/implantadas, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.
	5	Quando as ações acadêmico-administrativas de extensão estão previstas/implantadas, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: apoio à realização de programas, projetos, atividades e ações.

Justifique:

3.6 Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.	1	Quando não existem ações, previstas/implantadas, de estímulos e difusão às produções acadêmicas.
	2	Quando as ações de estímulo às produções acadêmicas e sua difusão estão previstas/implantadas, de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.
	3	Quando as ações de estímulo às produções acadêmicas e sua difusão estão previstas/implantadas, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.
	4	Quando as ações de estímulo às produções acadêmicas e sua difusão estão muito bem previstas/implantadas, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.
	5	Quando as ações de estímulo às produções acadêmicas e sua difusão estão previstas/implantadas, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: incentivo a publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais; bolsa de pesquisa/iniciação científico-tecnológica; grupos de pesquisa e auxílio para participação em eventos.

Justifique:

3.7 Comunicação da IES com a comunidade externa.	1	Quando não existe comunicação com a comunidade externa prevista/implantada.
	2	Quando os canais de comunicação externa estão previstos/implantados de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.
	3	Quando os canais de comunicação externa estão previstos/implantados, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.
	4	Quando os canais de comunicação externa estão muito bem previstos/implantados, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.
	5	Quando os canais de comunicação externa estão previstos/implantados, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade externa às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.

Justifique:

3.8 Comunicação da IES com a comunidade interna.	1	Quando não existe comunicação interna prevista/implantada.
	2	Quando os canais de comunicação interna estão previstos/implantados, de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.
	3	Quando os canais de comunicação interna estão previstos/implantados, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.
	4	Quando os canais de comunicação interna estão muito bem previstos/implantados, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.
	5	Quando os canais de comunicação interna estão previstos/implantados, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: acesso da comunidade interna às informações acerca dos resultados das avaliações recentes, da divulgação dos cursos, da extensão e pesquisa, da existência de mecanismos de transparência institucional, da ouvidoria, entre outros.

Justifique:

3.9 Programas de atendimento aos estudantes.	1	Quando não existem programas de apoio aos estudantes, inclusive aos estrangeiros, quando for o caso.
	2	Quando os programas de apoio aos estudantes (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria), inclusive aos estrangeiros, quando for o caso, estão previstos/implantados de maneira insuficiente .
	3	Quando os programas de apoio aos estudantes (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria), inclusive aos estrangeiros, quando for o caso, estão previstos/implantados de maneira suficiente .
	4	Quando os programas de apoio aos estudantes (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria), inclusive aos estrangeiros, quando for o caso, estão muito bem previstos/implantados.
	5	Quando os programas de apoio aos estudantes (apoio psicopedagógico, programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade ou equivalente, nivelamento e/ou monitoria), inclusive aos estrangeiros, quando for o caso, estão previstos/implantados de maneira excelente .

Justifique:

3.10 Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.	1	Quando não existem programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente.
	2	Quando os programas de apoio ao discente estão previstos/implantados, de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).
	3	Quando os programas de apoio ao discente estão previstos/implantados, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).
	4	Quando os programas de apoio ao discente estão muito bem previstos/implantados, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).
	5	Quando os programas de apoio ao discente estão previstos/implantados, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: participação/realização de eventos (congressos, seminários, palestras, viagens de estudo e visitas técnicas) e produção discente (científica, tecnológica, cultural, técnica e artística).

Justifique:

3.11 Política e ações de acompanhamento dos egressos.	1	Quando não existe política institucionalizada de acompanhamento dos egressos.
	2	Quando o plano de ação/ações institucionais previsto/implantado atende de maneira insuficiente à política de acompanhamento dos egressos.
	3	Quando o plano de ação/ações institucionais previsto/implantado atende de maneira suficiente à política de acompanhamento dos egressos.
	4	Quando o plano de ação/ações institucionais previsto/implantado atende muito bem à política de acompanhamento dos egressos.
	5	Quando o plano de ação/ações institucionais previsto/implantado atende de maneira excelente à política de acompanhamento dos egressos.

Justifique:

3.12 Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.	1	Quando não existem ações previstas/implantadas pela IES para acompanhamento do egresso em relação à sua formação.
	2	Quando as ações previstas/implantadas pela IES para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional é insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.
	3	Quando as ações previstas/implantadas pela IES para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional é suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.
	4	Quando as ações previstas/implantadas pela IES atendem muito bem à verificação do egresso em relação à sua atuação profissional, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.
	5	Quando as ações previstas/implantadas pela IES para verificação do egresso em relação à sua atuação profissional é excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: responsabilidade social e cidadania onde a IES está inserida, empregabilidade, preparação para o mundo do trabalho, relação com entidades de classe e empresas do setor.

Justifique:

3.13 Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais. (aplica-se quando previsto no PDI)	1	Quando não existem ações previstas/implantadas na instituição relacionadas à inovação tecnológica e à propriedade intelectual.
	2	Quando as ações previstas/implantadas pela instituição, conforme proposto no PDI, contemplam a inovação tecnológica e a propriedade intelectual de maneira insuficiente .
	3	Quando as ações previstas/implantadas pela instituição, conforme proposto no PDI, contemplam a inovação tecnológica e a propriedade intelectual de maneira suficiente .
	4	Quando as ações previstas/implantadas pela instituição, conforme proposto no PDI, contemplam muito bem a inovação tecnológica e a propriedade intelectual.
	5	Quando as ações previstas/implantadas pela instituição, conforme proposto no PDI, contemplam a inovação tecnológica e a propriedade intelectual de maneira excelente .

Justifique:

Eixo 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO

O Eixo “Políticas de Gestão” tem como foco a verificação do desenvolvimento das políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição. Abrange, ainda, elementos do planejamento e da sustentabilidade financeira da IES para garantir o seu pleno desenvolvimento de forma sustentável.

Esse Eixo contempla as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.

4.1 Política de formação e capacitação docente.	1	Quando não existe política de formação e capacitação docente prevista/implantada.
	2	Quando a política de formação e capacitação docente está prevista/implantada, de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, o incentivo/auxílio à: participação em eventos científicos/técnicos/culturais; capacitação (formação continuada); qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações com os docentes.
	3	Quando a política de formação e capacitação docente está prevista/implantada, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, o incentivo/auxílio à: participação em eventos científicos/técnicos/culturais; capacitação (formação continuada); qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações com os docentes.
	4	Quando a política de formação e capacitação docente está muito bem prevista/implantada, considerando, em uma análise sistêmica e global, o incentivo/auxílio à: participação em eventos científicos/técnicos/culturais; capacitação (formação continuada); qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações com os docentes.
	5	Quando a política de formação e capacitação docente está prevista/implantada, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, o incentivo/auxílio à: participação em eventos científicos/técnicos/culturais; capacitação (formação continuada); qualificação acadêmica docente e a devida divulgação das ações com os docentes.

Justifique:

4.2 Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.	1	Quando não existe política de formação e capacitação prevista/implantada do corpo técnico-administrativo.
	2	Quando a política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está prevista/implantada de maneira insuficiente , considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.
	3	Quando a política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está prevista/implantada de maneira suficiente , considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.
	4	Quando a política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está muito bem prevista/implantada, considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.
	5	Quando a política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo está prevista/implantada de maneira excelente , considerando o incentivo/auxílio para formação continuada.

Justifique:

4.3 Gestão institucional.	1	Quando a gestão institucional prevista/implantada não contempla, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.
	2	Quando a gestão institucional está prevista/implantada de maneira insuficiente para o funcionamento da instituição, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.
	3	Quando a gestão institucional está prevista/implantada de maneira suficiente para o funcionamento da instituição, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.
	4	Quando a gestão institucional está muito bem prevista/implantada para o funcionamento da instituição, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.
	5	Quando a gestão institucional está prevista/implantada de maneira excelente para o funcionamento da instituição, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: autonomia e representatividade dos órgãos de gestão e colegiados; participação de professores, técnicos, estudantes e sociedade civil organizada; critérios de indicação e recondução de seus membros; realização e registro de reuniões.

Justifique:

4.4 Sistema de registro acadêmico.	1	Quando o sistema de registro acadêmico previsto/implantado para o atendimento às necessidades institucionais e dos discentes não existe .
	2	Quando o sistema de registro acadêmico previsto/implantado atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais e dos discentes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.
	3	Quando o sistema de registro acadêmico previsto/implantado atende de maneira suficiente às necessidades institucionais e dos discentes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.
	4	Quando o sistema de registro acadêmico previsto/implantado atende muito bem às necessidades institucionais e dos discentes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.
	5	Quando o sistema de registro acadêmico previsto/implantado atende de maneira excelente às necessidades institucionais e dos discentes, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: organização, informatização, agilidade no atendimento e diversificação de documentos disponibilizados.

Justifique:

4.5 Sustentabilidade financeira.	1	Quando não existem fontes de recursos previstas no PDI.
	2	Quando as fontes de recursos previstas/executadas atendem de maneira insuficiente ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.
	3	Quando as fontes de recursos previstas/executadas atendem de maneira suficiente ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.
	4	Quando as fontes de recursos previstas/executadas atendem muito bem ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.
	5	Quando as fontes de recursos previstas/executadas atendem de maneira excelente ao custeio e aos investimentos em ensino, extensão, pesquisa e gestão, em conformidade com o PDI.

Justifique:

4.6 Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.	1	Quando não existe relação entre o planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado e a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão.
	2	Quando o planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado está relacionado de maneira insuficiente com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.
	3	Quando o planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado está relacionado de maneira suficiente com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.
	4	Quando o planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado está muito bem relacionado com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.
	5	Quando o planejamento financeiro (orçamento com as respectivas dotações e rubricas) previsto/executado está relacionado de maneira excelente com a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, em conformidade com o PDI.

Justifique:

4.7 Coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente. (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)	1	Quando não existe coerência entre o plano de carreira protocolado/implantado e a gestão do corpo docente.
	2	Quando a gestão do corpo docente é insuficiente em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
	3	Quando a gestão do corpo docente é suficiente em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
	4	Quando a gestão do corpo docente é muito boa em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
	5	Quando a gestão do corpo docente é excelente em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.

Justifique:

4.8 Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo. (indicador aplicado para fins de Recredenciamento e Credenciamento para transformação de Organização Acadêmica)	1	Quando não existe coerência entre o plano de carreira protocolado/implantado e a gestão do corpo técnico-administrativo.
	2	Quando a gestão do corpo técnico-administrativo é insuficiente em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
	3	Quando a gestão do corpo técnico-administrativo é suficiente em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
	4	Quando a gestão do corpo técnico-administrativo é muito boa em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.
	5	Quando a gestão do corpo técnico-administrativo é excelente em relação ao plano de carreira protocolado/implantado.

Justifique:

Eixo 5 – INFRAESTRUTURA FÍSICA

No Eixo “Infraestrutura Física”, verificam-se as condições que a IES apresenta para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Esse Eixo contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

5.1 Instalações administrativas.	1	Quando as instalações administrativas não atendem às necessidades institucionais.
	2	Quando as instalações administrativas existentes atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	3	Quando as instalações administrativas existentes atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	4	Quando as instalações administrativas existentes atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	5	Quando as instalações administrativas existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Justifique:

5.2 Salas de aula.	1	Quando as salas de aula não atendem às necessidades institucionais.
	2	Quando as salas de aula existentes atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	3	Quando as salas de aula existentes atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	4	Quando as salas de aula existentes atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	5	Quando as salas de aula existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Justifique:

5.3 Auditório(s).	1	Quando o(s) auditório(s) não existe(m) .
	2	Quando o(s) auditório(s) existente(s) atende(m) de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	3	Quando o(s) auditório(s) existente(s) atende(m) de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	4	Quando o(s) auditório(s) existente(s) atende(m) muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	5	Quando o(s) auditório(s) existente(s) atende(m) de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Justifique:

5.4 Sala(s) de professores.	1	Quando a(s) sala(s) de professores não existe(m) .
	2	Quando a(s) sala(s) de professores existente(s) atende(m) de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
	3	Quando a(s) sala(s) de professores existente(s) atende(m) de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
	4	Quando a(s) sala(s) de professores existente(s) atende(m) muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
	5	Quando a(s) sala(s) de professores existente(s) atende(m) de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.

Justifique:

5.5 Espaços para atendimento aos alunos.	1	Quando os espaços para atendimento aos alunos não existem .
	2	Quando os espaços existentes para atendimento aos alunos atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	3	Quando os espaços existentes para atendimento aos alunos atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	4	Quando os espaços existentes para atendimento aos alunos atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	5	Quando os espaços existentes para atendimento aos alunos atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Justifique:

5.6 Infraestrutura para CPA.	1	Quando não existe infraestrutura destinada à CPA.
	2	Quando a infraestrutura destinada à CPA atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais.
	3	Quando a infraestrutura destinada à CPA atende de maneira suficiente às necessidades institucionais.
	4	Quando a infraestrutura destinada à CPA atende muito bem às necessidades institucionais.
	5	Quando a infraestrutura destinada à CPA atende de maneira excelente às necessidades institucionais.

Justifique:

5.7 Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral -TI.	1	Quando não existem gabinetes/estações de trabalho para os docentes em TI.
	2	Quando os gabinetes/estações de trabalho previstos/implantados para os docentes em TI atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
	3	Quando os gabinetes/estações de trabalho previstos/implantados para os docentes em TI atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
	4	Quando os gabinetes/estações de trabalho previstos/implantados para os docentes em TI atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.
	5	Quando os gabinetes/estações de trabalho previstos/implantados para os docentes em TI atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.

Justifique:

5.8 Instalações sanitárias.	1	Quando não existem instalações sanitárias.
	2	Quando as instalações sanitárias existentes atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	3	Quando as instalações sanitárias existentes atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	4	Quando as instalações sanitárias existentes atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	5	Quando as instalações sanitárias existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Justifique:

5.9 Biblioteca: infraestrutura física.	1	Quando não existe infraestrutura física para biblioteca.
	2	Quando a infraestrutura física atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnico-administrativos e plano de expansão física.
	3	Quando a infraestrutura física atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnico-administrativos e plano de expansão física.
	4	Quando a infraestrutura física atende muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnico-administrativos e plano de expansão física.
	5	Quando a infraestrutura física atende de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e condições para atendimento educacional especializado), instalações para o acervo, ambientes de estudos individuais e em grupo, espaço para técnico-administrativos e plano de expansão física.

Justifique:

5.10 Biblioteca: serviços e informatização.	1	Quando não existem serviços e informatização da biblioteca.
	2	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
	3	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
	4	Quando os serviços da biblioteca atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.
	5	Quando os serviços da biblioteca atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: profissionais da área de biblioteconomia, acesso via internet (consulta, reserva), informatização do acervo, bancos de dados, empréstimo, relatórios de gestão e horário de funcionamento.

Justifique:

5.11. Biblioteca: plano de atualização do acervo.	1	Quando não existe plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital).
	2	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) previsto/implantado atende de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
	3	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) previsto/implantado atende de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
	4	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) previsto/implantado atende muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.
	5	Quando o plano de atualização do acervo (físico e eletrônico/digital) previsto/implantado atende de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: coerência com o PDI e alocação de recursos.

Justifique:

5.12 Sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.	1	Quando não existe(m) sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.
	2	Quando a(s) sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura existente(s) atende(m) de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à <i>internet</i> , atualização de <i>software</i> , acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços, suporte e plano de atualização.
	3	Quando a(s) sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura existente(s) atende(m) de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à <i>internet</i> , atualização de <i>software</i> , acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços, suporte e plano de atualização.
	4	Quando o(s) sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura existente(s) atende(m) muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à <i>internet</i> , atualização de <i>software</i> , acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços, suporte e plano de atualização.
	5	Quando o(s) sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura existente(s) atende(m) de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: equipamentos, normas de segurança, espaço físico, acesso à <i>internet</i> , atualização de <i>software</i> , acessibilidade digital, acessibilidade física, condições ergonômicas, serviços, suporte e plano de atualização.

Justifique:

5.13. Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação.	1	Quando não existem recursos de tecnologias de informação e comunicação.
	2	Quando os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem de maneira insuficiente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.
	3	Quando os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem de maneira suficiente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.
	4	Quando os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem muito bem às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.
	5	Quando os recursos de tecnologias de informação e comunicação atendem de maneira excelente às necessidades dos processos de ensino e aprendizagem, que envolvem professores, técnicos, estudantes e sociedade civil.

Justifique:

5.14. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.	1	Quando não existe infraestrutura física para laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas.
	2	Quando a infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação), plano de atualização e acessibilidade.
	3	Quando a infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação), plano de atualização e acessibilidade.
	4	Quando a infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação), plano de atualização e acessibilidade.
	5	Quando a infraestrutura física dos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança e conservação), plano de atualização e acessibilidade.

Justifique:

5.15. Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.	1	Quando não existem serviços institucionalizados referentes aos laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas.
	2	Quando os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: serviços e normas de segurança.
	3	Quando os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: serviços e normas de segurança.
	4	Quando os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: serviços e normas de segurança.
	5	Quando os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: serviços e normas de segurança.

Justifique:

5.16. Espaços de convivência e de alimentação.	1	Quando os espaços de convivência e de alimentação não existem .
	2	Quando os espaços de convivência e de alimentação existentes atendem de maneira insuficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	3	Quando os espaços de convivência e de alimentação existentes atendem de maneira suficiente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	4	Quando os espaços de convivência e de alimentação existentes atendem muito bem às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.
	5	Quando os espaços de convivência e de alimentação existentes atendem de maneira excelente às necessidades institucionais, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Justifique:

REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

Os requisitos legais e normativos são essencialmente regulatórios e, por isso, não fazem parte do cálculo do conceito da avaliação. Os avaliadores farão o registro do cumprimento ou não do dispositivo legal por parte da instituição para o processo de regulação, justificando a avaliação atribuída. Tratando-se de disposições legais, esses itens são de **atendimento obrigatório**.

Dispositivo Legal/Normativo		Explicitação do dispositivo	Sim	Não	NSA
1	Alvará de funcionamento.	<i>A IES possui alvará de funcionamento?</i>			
2	Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).	<i>A IES possui certificado que atesta as condições de segurança contra incêndio e pânico das instalações?</i>			
3	Manutenção e Guarda do Acervo Acadêmico, conforme o disposto na Portaria N° 1.224, de 18 de dezembro de 2013.	<i>A instituição cumpre as exigências da legislação?</i>			
4	Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei N° 10.098/2000, nos Decretos, N° 5.296/2004, N° 6.949/2009, N° 7.611/2011 e na Portaria N° 3.284/2003.	<i>A instituição apresenta condições adequadas de acessibilidade?</i>			
5	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme o disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.	<i>A instituição cumpre as exigências da legislação?</i>			
6	Plano de Cargos e Carreira Docente.	<i>O Plano de Cargos e Carreira Docente está protocolado ou homologado no Ministério do Trabalho e Emprego?</i>			
7	Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos.	<i>O Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos está protocolado ou homologado no Ministério do Trabalho e Emprego?</i>			
8	<p>Titulação do Corpo Docente Universidades e Centros Universitários: Percentual mínimo (33%) de docentes com pós-graduação <i>stricto sensu</i>, conforme o disposto na Lei N° 9.394/96, Art. 52, e nas Resoluções N° 1/2010 e N° 3/2010.</p> <p>Faculdades: No mínimo docentes com formação em pós-graduação <i>lato sensu</i>, conforme o disposto na Lei N° 9.394/96.</p>	<p>Universidades e Centros Universitários:</p> <p><i>A instituição tem, no mínimo, um terço do corpo docente com titulação <i>stricto sensu</i>?</i></p> <p><i>O corpo docente tem, no mínimo, formação <i>lato sensu</i>?</i></p> <p>Faculdades:</p> <p><i>O corpo docente tem, no mínimo, formação <i>lato sensu</i>?</i></p>			

9	<p>Regime de Trabalho do Corpo Docente</p> <p>Universidades: Percentual mínimo (1/3) de docentes contratados em regime de tempo integral, conforme o na Lei N° 9.394/96, Art. 52, e na Resolução N° 3/2010.</p> <p>Centros Universitários: Percentual mínimo (20%) de docentes contratados em regime de tempo integral, conforme o disposto na Resolução N° 1/2010.</p>	<p>Universidades: <i>A instituição tem, no mínimo, um terço do corpo docente contratado em regime de tempo integral?</i></p> <p>Centros Universitários: <i>A instituição tem, no mínimo, um quinto do corpo docente contratado em regime de tempo integral?</i></p>			
10	<p>Forma Legal de Contratação dos Professores.</p>	<p><i>A contratação de professores se dá mediante regime de trabalho CLT ou Estatutário pela mantenedora com registro na mantida?</i></p>			
11	<p>Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme o disposto na Lei N° 10.861/2004, art. 11.</p>	<p><i>A IES possui CPA prevista/implantada?</i></p>			
12	<p>Comissão Local de Acompanhamento e Controle Social (COLAPS), conforme o disposto na Portaria N° 1.132, de 2 de dezembro de 2009.</p>	<p><i>A IES possui COLAPS prevista/implantada?</i></p>			
13	<p>Normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Centros Universitários, conforme o disposto na Resolução CNE/CES N° 1/2010.</p>	<p><i>A IES atende aos requisitos exigidos pela Resolução?</i></p>			
14	<p>Normas e procedimentos para credenciamento e credenciamento de Universidades, conforme o disposto na Resolução CNE/CES N° 3/2010.</p>	<p><i>A IES atende aos requisitos exigidos pela Resolução?</i></p>			
15	<p>Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N° 3/2004.</p>	<p><i>A Instituição está cumprindo as exigências das legislações?</i></p>			
16	<p>Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE N° 2/2012.</p>	<p><i>A Instituição está cumprindo as exigências das legislações?</i></p>			
17	<p>Desenvolvimento Nacional Sustentável, conforme o disposto no Decreto N° 7.746, de 05/06/2012 e na Instrução Normativa N° 10, de 12/11/2012.</p>	<p><i>A Instituição cumpre as exigências das legislações?</i></p>			

18	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE Nº 1, de 30/05/2012.	A Instituição está cumprindo as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos?			
----	---	---	--	--	--

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIADORES:

CONCEITO FINAL
(calculado automaticamente pelo sistema)

TABELA DE PESOS

PARA CREDENCIAMENTO E REcredENCIAMENTO DE IES

EIXOS	Proposta da Comissão de Credenciamento	Proposta da Comissão: Recredenciamento e Credenciamento para Mudança de Organização Acadêmica	Número de indicadores
1 Planejamento e Avaliação Institucional	10	10	5
2 Desenvolvimento Institucional	20	20	9
3 Políticas Acadêmicas	20	30	13
4 Políticas de Gestão	20	20	8
5 Infraestrutura	30	20	16
TOTAL	100	100	51

Glossário

1.	Acessibilidade	Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. No âmbito educacional, a acessibilidade pressupõe não só a eliminação de barreiras arquitetônicas, mas a promoção plena de condições para acesso e permanência na educação superior para necessidades educacionais especiais.
2.	Acessibilidade digital	Condição de utilização, com autonomia total ou assistida, de recursos tecnológicos.
3.	Atendimento Educacional Especializado-AEE	Serviço da educação especial que identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.
4.	Avaliação Institucional	A Avaliação Institucional é um dos componentes do Sinaes e está relacionada: à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades: 1) a autoavaliação, coordenada pela CPA e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação; 2) a avaliação externa, que tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior, expressos nos instrumentos de avaliação, e os relatórios das autoavaliações.
5.	Atividades de Pesquisa	Toda atividade que seja desenvolvida por meio de ações de pesquisa, em grupos de pesquisa institucionalizados, organizadas por cursos de graduação e de pós-graduação seguindo a política das IES.
6.	Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social	Órgãos colegiados de natureza consultiva, com função de acompanhamento, averiguação e fiscalização do Prouni nas IES participantes do Programa.
7.	Docentes em Regime de Trabalho em Tempo Integral	O regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo mínimo de 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (Dec. 5.773/2006, Art.69). Observação: nas IES em que há acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40. Esse total deve ser considerado, desde que pelo menos 50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação.
8.	Docentes em Regime de Trabalho em Tempo Parcial	Docente contratado atuando com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma IES, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.
9.	Espaço para atendimento ao aluno	Espaço(s) físico(s) para atendimento, pelo coordenador ou por professor(es), ao aluno. Pode ser espaço multiuso, desde que garanta a possibilidade de atendimento individualizado e reservado.
10.	Especialização (pós-graduação lato sensu)	Curso em área específica do conhecimento com duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente, nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e o prazo mínimo de seis meses. Pode incluir ou não o enfoque pedagógico. (Resolução CNE/CES nº 01/2007).

11.	Extensão	Processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino e pesquisa, que promove a interação transformadora entre a IES e outros setores da sociedade.
12.	Gabinete de trabalho/estações de trabalho	Espaços para o desenvolvimento de trabalho, de ordem técnica-administrativa e acadêmica, realizado pelos docentes, coordenadores e técnico-administrativos.
13.	Gestão Acadêmica	Organização no âmbito acadêmico da IES que realiza funções de: estabelecer objetivos, planejar, analisar, conhecer e solucionar problemas, organizar e alocar recursos, tomar decisões, mensurar e avaliar.
14.	Iniciação Científica	A iniciação científica é uma modalidade de pesquisa acadêmica desenvolvida por alunos de graduação em diversas áreas do conhecimento.
15.	Inovação tecnológica, inovação social, propriedade intelectual	Componentes curriculares relacionados à inovação, à propriedade intelectual, patentes e produtos nas diversas áreas de conhecimento; programas de pesquisa, cursos ou ações de extensão que incluam a temática; incubadoras.
16.	Instalações Administrativas	O tipo e a quantidade de instalações devem atender às necessidades institucionais, ou seja, ao organograma apresentado no PDI, considerando gestores, órgãos e setores da IES.
17.	Instituição de Educação Superior – IES	São instituições, públicas ou privadas, que oferecem cursos de nível superior nos níveis de graduação (cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas), pós-graduação e extensão.
18.	Internacionalização	As atividades de internacionalização, neste instrumento, incluem os programas institucionais de mobilidade acadêmica/intercâmbio, adesão a editais de mobilidade acadêmica, alunos estrangeiros na IES, oferta de língua estrangeira, oferta de disciplina em língua estrangeira, dentre outros.
19.	Laboratórios especializados	Laboratórios equipados com diversos instrumentos de medição e experimentação onde se realizam vários tipos de experiências de acordo com a área do curso.
20.	Mecanismo de interação entre docentes e discentes	Compõe o conjunto de estruturas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) e os respectivos procedimentos e as formas de utilização que caracterizam a dinâmica da comunicação e da interação entre os sujeitos envolvidos nos processos acadêmicos e de ensino e aprendizagem (que são, basicamente, os docentes, tutores e discentes), no contexto da oferta do curso superior na modalidade a distância. Justifica-se uma vez que os sujeitos deverão estabelecer comunicação permanente e continuada em diferentes espaços geográficos e tempos. O PPC deve explicitar esses mecanismos de modo a possibilitar ao discente a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como desenvolver a sociabilidade, por meio de atividades da comunicação, interação e troca de experiências. As TICs devem ser efetivas na comunicação dos envolvidos.
21.	Modalidade semipresencial	As instituições de educação superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial, com base no art. 80, da Lei n. 9.394, de 1.996. Segundo a Portaria MEC nº 4.059, de 10/12/2004, Art. 1º, § 1º e § 2º, quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota e ainda poderão ser ofertadas disciplinas, integral ou parcialmente,

		desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso.
22.	Natureza econômica e social da região	Características que definem as questões econômicas e sociais da região no país onde a IES/curso está sendo desenvolvido.
23.	Pesquisa	A pesquisa é um processo sistemático de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novos conhecimentos e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento pré-existente. É basicamente um processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza quanto da sociedade na qual esta se desenvolve. A pesquisa como atividade regular também pode ser definida como o conjunto de atividades orientadas e planejadas pela busca de um conhecimento.
24.	Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI	O PDI é o instrumento de planejamento e gestão. Ele considera a identidade da IES no âmbito da sua filosofia de trabalho, da missão a que se propõe, das estratégias para atingir suas metas e objetivos, da sua estrutura organizacional, do Projeto Pedagógico Institucional, com as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve visa desenvolver. Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar ainda: o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos; metas e ações da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações; a manutenção de padrões de qualidade; o perfil do corpo docente; a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, presenciais e/ou a distância; a descrição da infraestrutura física e instalações acadêmicas, com ênfase na biblioteca e laboratórios e o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras. (Decreto nº 5.773/06)
25.	Políticas Institucionais	Políticas desenvolvidas no âmbito institucional com o propósito de seguir missão proposta pela IES, buscando atender ao Plano de Desenvolvimento Institucional.
26.	Produção científica, cultural, artística e tecnológica.	Considerar: livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos internacionais, propriedade intelectual depositada ou registrada, produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes. Publicações nacionais sem <i>Qualis</i> e regionais também devem ser consideradas como produção, considerando sua abrangência.
27.	Programa de acessibilidade	Desenvolvimento de ações e projetos institucionais que tenham o objetivo de assegurar o acesso e a permanência, com sucesso, de todos os estudantes, em especial os que apresentam deficiência ou necessidades educacionais especiais, nas instituições de educação superior.
28.	Responsabilidade social da IES	A responsabilidade social refere-se às ações da instituição (com ou sem parceria) que contribuem para uma sociedade mais justa e sustentável. Nesse sentido, deverão ser verificados trabalhos, ações, atividades projetos e programas desenvolvidos com e para a comunidade, objetivando a inclusão social, o desenvolvimento econômico, a melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura urbana/local e a inovação social.
29.	Stricto sensu	Refere-se exclusivamente aos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado.
30.	Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC	São recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns eletrônicos, blogs, chats, tecnologias de telefonia, teleconferências, videoconferências, TV convencional, TV digital e interativa, rádio, programas específicos de computadores (softwares), objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais (livros) ou em suportes eletrônicos

		(CD, DVD, Memória Flash, etc.), entre outros.
31.	Sustentabilidade Socioambiental	A dimensão socioambiental, nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, destina-se à conservação, recuperação e melhoria das condições ambientais, sociais e existenciais, promovendo a participação de toda a comunidade da IES, no delineamento, planejamento, implantação e avaliação das atividades e dos seus indicadores, que devem constar no seu PDI.